

# EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA PÓS-PANDÊMICA NO BRASIL: UMA META-ETNOGRAFIA

Andrés Alfonso Figueroa Ramírez<sup>1</sup>

João Henrique Teixeira Livio<sup>2</sup>

Fábio de Oliveira Neves<sup>3</sup>

**Resumo:** A pandemia pela Covid-19 é mais um sintoma da crise socioambiental. Uma conjuntura que demanda a ressignificação dos propósitos da Educação Ambiental mediante uma reformulação paradigmática para subverter a devastação causada pela lógica instrumentalizante da natureza. Este artigo corresponde à análise, a partir da abordagem meta-etnográfica, de 11 de programas de Educação Ambiental Crítica no Brasil desenvolvidos entre 2020 e 2022. Foi possível identificar, programas que contemplam, medianamente, uma reformulação paradigmática de outros modos de viver. Além disso, destacamos alguns eixos que consideramos deveriam ser incluídos, visando construir uma Educação Ambiental pós-pandêmica.

**Palavras-chave:** Sentipensamento; Reapropriação Social da Natureza; Educação Ambiental Pós-Pandêmica; Covid-19.

**Abstract:** The Covid-19 pandemic is yet another symptom of the socio-environmental crisis. A conjuncture that demands the re-signification of the purposes of Environmental Education through a paradigmatic reformulation to subvert the devastation caused by the instrumentalizing logic of nature. This article corresponds to the analysis of programs of Critical Environmental Education in Brazil between 2020 and 2022, from a systematic review of 11 scientific articles from the meta-ethnographic approach. It was possible to identify, programs that contemplate, moderately, a paradigmatic reformulation of other ways of living. Furthermore, we highlight certain axes that we believe should be incorporated to construct a post-pandemic Environmental Education.

**Keywords:** Feeling-Thought; Social Re-Appropriation of Nature; Post-Pandemic Environmental Education; Covid-19.

---

<sup>1</sup>Universidade Federal de Alfenas. E-mail: andres.ramirez@sou.unifal-mg.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2467600239886717>.

<sup>2</sup>Universidade Federal de Alfenas. E-mail: joao.livio@sou.unifal-mg.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3006239743782996>.

<sup>3</sup>Universidade Federal de Alfenas. E-mail: fabio.neves@unifal-mg.edu.br.

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7213939581780258>.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

## Introdução

O dia 11 de março de 2020 será lembrado ao longo da história como o dia em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou uma pandemia de Covid-19, uma doença causada pelo coronavírus Sars-Cov-2. Depois desse dia, o mundo nunca mais seria o mesmo. A declaração desencadeou inúmeros debates sobre as medidas a serem implementadas para combater um "inimigo" invisível e funesto no contexto de uma crise global iminente. Porém, muitas das medidas tomadas por alguns governos não visavam proteger a vida, mas, ao contrário, salvar os sistemas econômicos para garantir a acumulação do capital.

Nessa linha de raciocínio, para Löwy (2021), *"a atual pandemia de Covid-19 é mais um exemplo das dramáticas consequências de um sistema econômico perverso e totalmente insustentável"* (p. 49). Uma crise sistêmica que foi consequência da externalização dos fatores ecológicos da atividade econômica moderna. Mais uma crise da racionalidade hipereconômica/tecnológica e seu dualismo epistemológico cartesiano que subjugou o monismo ontológico às infinitas formas de saber (LEFF; PORTO-GONÇALVES, 2021).

Igualmente, para Santos (2021), a pandemia provocou a maior mudança na escala da vida humana depois de 1972, quando a tripulação da Apollo 17 revolucionou o modo como os humanos percebiam a Terra através da publicação das primeiras fotografias do planeta. Passando da visão de um planeta grande e infinito para uma *"pequena esfera girando em um universo, esse sim, infinito"* (p.32). Entretanto, o autor deixa claro que existem diferenças na escala da mudança. A oscilação atual vem de um "astronauta" interior e ameaçador que exige uma mudança de curso antes que seja tarde demais.

Neste sentido à vista disso, é imperativo que a relação do ser humano consigo mesmo, dos seres humanos com seus congêneres e dos seres humanos com a Natureza mude. Da mesma forma, os processos de Educação Ambiental devem ser reexaminados e contextualizados à luz da manifestação máxima, até agora, de uma crise socioambiental mais do que prevista. Uma Educação Ambiental capaz de superar a *"relação desintegrada entre sociedade e natureza, baseada no domínio e espoliação da primeira sobre a segunda"* (GUIMARÃES, 2004, p.26). É necessário ter novos tipos de pensamentos e buscar alternativas que possam melhorar a relação com o Outro, distanciadas do capitalismo, colonialismo, patriarcado, da heteronormalidade, desigualdade e exclusão, para serem colocados à mesa da discussão e, acima de tudo, na prática.

Acreditamos que esta crise é um chamado que possui potencial suficiente para nos acordar deste pesadelo apocalíptico e imaginar, teorizar e praticar uma Educação Ambiental ressignificada. Uma mudança de rumo descrita por Layrargues (2020), como uma reformulação paradigmática para subverter os danos da implementação de um modelo econômico que finge ser "sustentável" e que, no entanto, não poderia estar mais longe desta realidade.

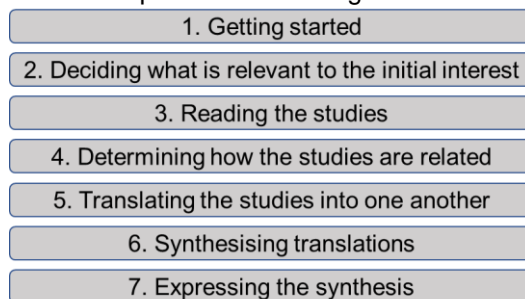
Nesta perspectiva, a partir das reflexões de Carvalho (2004); Guimarães, (2004); Layrargues e Lima (2014), realizamos o exercício de pensar em uma Educação Ambiental Crítica própria de um ambiente pós-pandêmico. Essa forma de pensamento deve ser distanciada das práticas cosméticas das tendências conservadoras e pragmáticas da Educação Ambiental. Práticas que funcionam como instrumentos de poder, desenvolvidos pela ecologia do capital para "pintar" de verde as estruturas que o mostram como único paradigma possível (ABAD, 2020).

Nesta ordem, escrevemos este artigo com o objetivo de responder à seguinte pergunta: As práticas de Educação Ambiental, desenvolvidas desde o início da pandemia no Brasil, contemplam a reformulação paradigmática necessária para subverter a devastação causada pela lógica instrumentalizante da natureza? Para isso, analisamos a inclusão de novos horizontes epistemológicos de referência na pesquisa sobre Educação Ambiental no Brasil, com base na teoria da Educação Ambiental Crítica (GUIMARÃES, 2004) e do Pensamento Ambiental Latino-Americano (LEFF, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2010; ACOSTA, 2016; ESCOBAR, 2016), por meio de uma revisão sistemática entre 2020 e 2022, a partir de uma abordagem meta-etnográfica.

## Metodologia

Este artigo enquadra-se na abordagem qualitativa da meta-etnografia interpretativa de Noblit e Here (1988). Em termos gerais, é uma técnica para sintetizar estudos qualitativos que garante a preservação da singularidade, mas, ao mesmo tempo, acrescenta um sentido holístico às interpretações resultantes (NOBLIT; HERE, 1988). Esta análise em sete etapas (Figura 1), sintetiza estudos qualitativos que propiciam uma compreensão maior do que a soma das partes (HEAD *et al.* 2016).

**Figura 1:** Sete etapas da meta-etnografia de Noblit e Hare.



Fonte: Britten *et al.* (2002).

Conforme recomendado por Britten e Pope (2012), cada etapa foi adaptada para atender às especificidades de nosso estudo. Nessa ordem de ideias representamos as sete etapas que estão agrupadas em três fases:

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

**Fase 1:** Contém as duas primeiras etapas da meta-etnografia. A primeira etapa de *interesse inicial*, que corresponde à delimitação do tema de pesquisa, e posterior revisão da literatura em bancos de dados revisados por pares. Para este caso específico, a revisão foi realizada na *Web of Science* e *Scopus*, em dezembro de 2022. Foi usada a palavra-chave "*Critical Environmental Education*", filtrando estudos realizados no território brasileiro desde o início da pandemia em 2020 até 2022. Optamos por utilizar apenas artigos de acesso aberto, o que resultou em 46 registros na *Web of Science* e 4 registros no *Scopus*, totalizando 50 registros.

Em uma segunda etapa, na qual foi necessário *decidir o que era relevante para o interesse inicial*, foi realizado o processamento inicial dos dados no *software* de gerenciamento de referência *Mendeley*®. Primeiro, com a ajuda do *software*, foram excluídos os registros duplicados, deixando um total de 49 registros. Posteriormente, foi realizada a leitura dos resumos e exclusão dos registros que preenchiam os seguintes critérios: Pesquisa desenvolvida fora do Brasil: 8; Não é da área: 7; Pesquisa quantitativa: 2; Análise documental: 21, restando 11 registros para a leitura do texto para a elaboração do artigo.

**Fase 2:** Esta fase representa a terceira e quarta etapas. A terceira etapa é denominada a leitura do material, fazendo a leitura dos 11 artigos selecionados. Extraíu-se a leitura dos dados relativos às características de cada estudo por meio de uma tabela criada no Microsoft Excel, que incluía: autores e autoras, ano, revista e local de publicação, objetivo e métodos (Tabela 1). Posteriormente, na quinta etapa foi determinado como os estudos se relacionam entre si, realizando a leitura dos documentos a fim de encontrar conceitos e ideias comuns.

**Fase 3:** Finalmente, são desenvolvidas as três últimas etapas. Primeiramente, os estudos foram traduzidos uns nos outros com base em uma releitura. Temas de primeira ordem, ou temas mencionados pelos entrevistados; temas de segunda ordem, declarados pelos autores dos artigos; e temas de terceira ordem, que podem ser identificados em todos os textos (Tabela 2). Finalmente, as traduções foram sintetizadas confrontando os temas de terceira ordem com a teoria da Educação Ambiental Crítica e do Pensamento Ambiental Latino-Americano. Finalmente, na sétima e última etapa, a síntese é expressa na seção de discussão em três tópicos construídos a partir dos temas da terceira ordem.

**Tabela 1: Caracterização dos artigos.** (continua)

#	Autores/as Ano	Revista	Estado	Métodos	Objetivo
1	Carvalho; Bomfim, (2021)	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (REMEA)	Rio de Janeiro	Rodas de conversa	Estabelecer discussões de Educação Ambiental Crítica em sala de aula utilizando como mote a investigação sobre a instalação de uma empresa de refrigerantes próximo a uma Unidade de Conservação
2	Carvalho, Schmitt; Pereira, (2021)	Pedagogia Social	Rio Grande do Sul	Etnografia	Compreender, à luz de uma situação etnograficamente situada, as vicissitudes da aprendizagem da sustentabilidade e da cidadania ambiental
3	Costa, Swatuk; Lopes, (2022)	Environment, Development and Sustainability	Rio de Janeiro	Entrevistas	Discutir como a Educação Ambiental pode ser moldada para envolver os potenciais principais atores sociais envolvidos e afetados na gestão participativa, socialmente progressiva e ambientalmente sustentável de uma Área de Proteção Ambiental
4	Rosa, Braidó; Caporlingua, (2020)	Revista Práxis	Rio Grande do Sul	Rodas de conversa	Rever a metodologia do trabalho realizado, sob a ótica da Educação Ambiental crítica, contribuindo para inovação e atualização do Programa Nacional de Combate à Dengue - PNCD
5	Franzolin et al. (2021)	Sustainability	São Paulo	Questionário	Discutir se a integração dos temas de biodiversidade, sustentabilidade e saúde é uma alternativa para aumentar a conscientização e o interesse dos estudantes pela biodiversidade local e os alertamos sobre a importância da preservação para evitar futuras pandemias
6	Medeiros; Silveira, (2022)	Acta Scientiae	Ceará	Questionário	Identificar quais são as contribuições do App BioIntegrada na construção da percepção integradora dos conteúdos de célula a meio ambiente

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

(continuação)

#	Autores/as Ano	Revista	Estado	Métodos	Objetivo
7	Martins et al. (2021)	Desenvolvimento Meio Ambiente	Rio de Janeiro	Observação	Reflexões sobre interlocuções existentes entre a agroecologia e a permacultura com a Educação Ambiental
8	Nogueira, Silva, (2020)	Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS)	Paraná	Entrevistas	Analisar as concepções sobre Educação Ambiental de estudantes formandos do curso de Licenciatura em Ciências da Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.
9	Ramos; Silva, (2021)	Revista Práxis Educacional	Bahia	Entrevistas	Analisar as concepções de professores e articuladora pedagógica acerca da forma como a Educação Ambiental Crítica (EA Crítica) é articulada na escola.
10	Siqueira, Freitas; Freitas, (2022)	Góndola, Enseñanza y Aprendizaje de las Ciencias	Pará	Textos Autobiográficos	Apreender, problematizar e analisar os aspectos evocados por licenciandos quando resgatam suas memórias, precisamente a partir da construção de suas autobiografias ambientais, na relação do “eu” na/com a natureza.
11	Soares; Castro; Kitzmann, (2020)	Revista Brasileira de Educação do Campo (RBEC)	Rio Grande do Sul	Entrevistas	Compreender a visão de gestores públicos e produtores rurais no município de Palmeira das Missões/RS em relação à prática de Educação Ambiental em Áreas de Preservação Permanente

**Fonte:** Autoria própria.

**Tabela 2:** Traduções dos artigos.

Temas de primeira ordem	Temas de segunda ordem	Temas de terceira ordem
Desenvolvimento sustentável	Antropocentrismo	Afetividade
Desigualdade	Agricultura familiar	Educação política
Conservação ambiental	Preservação	(Re)territorialização
Agroecologia	Governança comunitária	Crise civilizatória
Modos alternativos de viver	Conhecimento popular	Hegemonia
Consumismo	Emancipação	Complexidade
Progresso ilimitado	Mudança de valores	Segurança alimentar
Reciclagem	Relações de poder	Interdisciplinaridade
	Justiça ambiental	

**Fonte:** Autoria própria.

## Discussão

### ***(Re)territorialização: rumo a uma reinvenção dos territórios***

Na década de noventa, no contexto da crise ambiental e da marginalização social causada principalmente pela racionalidade instrumental do sistema/mundo colonial/moderno, formas diferentes e alternativas de vida que respeitam a Vida na Terra, se tornaram populares ao ponto de serem incluídas, pelo menos no papel, nas constituições de algumas nações, como, por exemplo, a da Bolívia e do Equador (ACOSTA, 2016). Neste contexto, as lutas dos movimentos sociais latino-americanos, na maioria de comunidades ancestrais, camponeses e afro-americanos, exacerbam-se nas regiões.

Elas e eles estavam e estão lutando por um lugar político-geográfico, onde existe uma negatividade desde a conquista europeia, para expressarem suas preocupações e soluções sobre várias problemáticas, sendo a questão ambiental o foco central das lutas. Questões nas quais, são os mais afetados devido à sua relação com o território em que habitam. Uma relação de absoluta interdependência, conforme explicado por Haesbaert (2020),

a concepção de território vai muito além da clássica associação à escala e/ou à lógica estatal e se expande, transitando por diversas escalas, mas com um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial (p.76).

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

Assim, desde os anos 1980, o conhecimento sobre a natureza dos grupos indígenas e comunidades tradicionais tem sido valorizado, mas com uma orientação marcadamente instrumentalizante, pois se tornou um "cavalo de Tróia" para a conservação (CASTRO, 1998). Nessa linha de raciocínio, através da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989 e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas no ano 2007, os direitos territoriais dos povos nativos foram oficialmente reconhecidos. Irônico, no mínimo, precisar de aprovação para desfrutar do que lhes pertence. Entretanto, essas foram algumas formas pelas quais as comunidades receberam um espaço para levantar suas vozes em prol da reivindicação de séculos de marginalização, espoliação e genocídio.

Em decorrência dessas contradições, a (re)invenção e (re)significação do Território como “*uma síntese das relações de poder natureza/cultura*” (LEFF, 2021, p.441) é uma “aposta” que a Educação Ambiental Crítica deve fazer. Martins *et al.* (2021) implementam, em sua pesquisa, essa reflexão crítica ao pedir que participantes pensem e debatam sobre como ocupam esses lugares cotidianos: ruas, praças, escolas, rios, campos de futebol, depósitos de lixo, entre outros. Por conseguinte, incentivam a coletivização dos espaços em conjunto com a percepção do emaranhado de relações que existem entre corpo/território.

De modo semelhante, Carvalho; Bomfim, (2021); Costa, Swatuk e Lopes, (2022) desenvolvem pesquisas com o objetivo de analisar processos de territorialização coletiva em Unidades de Conservação (UC). Os primeiros estudam os conflitos que a instalação de um grande empreendimento pode gerar para os habitantes dessas áreas, com frequência iludidos com as promessas de progresso, feitas em troca pequenos danos ao meio ambiente. Os segundos estudam como a Educação Ambiental pode propiciar a gestão participativa, socialmente progressiva e ambientalmente justa entre todos os atores sociais de afetados pela instalação de uma UC.

Em outro contexto, Carvalho, Schmitt e Pereira (2021) utilizam uma horta urbana como veículo de territorialização, incentivando que “os participantes se comprometam com trajetórias trilhadas por suas comunidades, com a história de suas lutas e identidades sociais” (p.175). É interessante mencionar que a territorialização, do ponto de vista urbano, é um assunto importante em um país que em 2010 já possuía 84% de sua população vivendo em cidades (IBGE, 2022), e, segundo as estimativas do Banco Mundial, teria 87% em 2021 (Banco Mundial, 2022).

### ***Reapropriação social da natureza para garantir a soberania alimentar***

A reapropriação social da natureza foi concebida, pelo economista e sociólogo mexicano Enrique Leff, como um movimento social que se contrapõe à coisificação que a assume bens e não ser. Este movimento social latino-americano tem entre suas demandas a expansão da democracia, equidade e justiça, além de,

novas demandas de participação social, a obtenção de bens simbólicos e a recuperação de estilos de vida tradicionais, mas também pela defesa de novos direitos étnicos e culturais, ambientais e coletivos, e pela reivindicação de sua herança ancestral de recursos ambientais e de sua herança ancestral de recursos ambientais (LEFF, 2006, p.397).

É claro que não se trata de lutar pelo direito à natureza, mas de estar com/na natureza. Para ilustrar este ponto, o autor analisa de perto a dinâmica de alguns dos movimentos ambientais emergentes na América Latina. Entre estes, ele menciona a luta dos seringueiros na floresta amazônica brasileira. Comunidades reconhecidas como protagonistas na construção de seu próprio projeto de sustentabilidade, por meio da apropriação de sua cultura, configurando identidades coletivas, reorganizando o espaço ecológico e construindo novos territórios teóricos, políticos e culturais (LEFF, 2006).

Acreditamos que a continuidade das lutas de muitos movimentos sociais deve ser apoiada pela inclusão de suas dinâmicas na educação formal e não formal. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, prega e desenvolve programas de educação popular com o objetivo de alfabetizar os trabalhadores, jovens e crianças dos assentamentos, *“pelo seu direito de ler e escrever a sua própria história no mundo”* (RAMOS, 2020, p.235).

Nas pesquisas analisadas neste exercício, foi possível perceber que estão sendo realizados processos de Educação Ambiental que visam superar a visão conservadora da natureza e explorar modelos alternativos de produção. Corroborando essa compreensão, Siqueira, Freitas; Freitas, (2022) mostra que indivíduos que tiveram experiências de autobiografia onde descrevem suas próprias narrativas como sujeitos interligados com a natureza *“constituem um recurso privilegiado para o desenvolvimento do conhecimento de si mesmos em sua relação com o meio ambiente”* (p.388).

Seguindo a mesma concepção, Franzolin *et al.* (2021) integram, por meio da EA, a proteção da biodiversidade e da saúde a partir de uma perspectiva holística no contexto da pandemia de Covid-19. Sob essa perspectiva, com o objetivo de aumentar a consciência e o interesse dos estudantes pela biodiversidade local, bem como destacar a produção familiar para a nutrição dos próprios estudantes e para soberania e segurança alimentar. Por outro lado, Carvalho, Schmitt; Pereira, (2021) Martins *et al.* (2021) fazem o mesmo por meio de uma Horta Urbana e Agroecologia, respectivamente.

Entretanto, mesmo que as iniciativas aqui analisadas façam incursões na reflexão ontológica necessárias para criar uma nova ordem social, sua crítica fica aquém da marca. Por exemplo, nenhum deles sequer mencionam a necessidade de uma reforma agrária abrangente e popular e tão pouco outras questões mais radicalizadas, tais como um caminho para a verdadeira

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

reapropriação do território que levaria não somente à segurança alimentar e à soberania, mas acima de tudo, à novas formas de relações de poder, produção, intercâmbio, consumo, cooperação, acumulação de recursos financeiros, distribuição de renda e riqueza, em uma infinidade de opções (ACOSTA, 2016).

### ***Educação Ambiental político-afetiva***

Muitos estudos analisados enfatizam, com base na visão crítica de (GUIMARÃES, 2004), a necessidade de politizar os processos de Educação Ambiental a fim de possibilitar a transformação socioambiental (SOARES, CASTRO; KITZMANN, 2020; MARTINS *et al.*, 2021; SIQUEIRA, FREITAS; FREITAS, 2022). Por outro lado, outros autores propõem a implementação de programas baseados na afetividade e na espiritualidade. Programas capazes de superar a lógica binária moderna que separa a razão da emoção (MEDEIROS; SILVEIRA, 2022; RAMOS; SILVA, 2021).

Diante dessas considerações, a união das duas correntes acima mencionadas as potencializa, sem a intenção de subtrair o poder das partes. Para tanto, propomos o desenvolvimento de uma Educação Ambiental político-afetiva baseada na teoria de um pensamento que sente, um sentipensamento. Um conceito de Orlando Fals Borda, popularizado por Eduardo Galeano e recentemente adotado por Arturo Escobar.

O próprio Fals Borda esclarece que o conceito não lhe pertence porque, como comenta em uma entrevista, foi elaborado por um pescador pertencente a uma investigação quando diz: "Olhe para nós, acreditamos que agimos com o coração, mas também usamos a cabeça e quando combinamos as duas coisas, somos sentipensantes" (CAMPIOLO, 2018, p.89). O autor também comenta, em tom de brincadeira, que Galeano "roubou" o conceito dele e o incluiu em seus textos como o eixo central de sua filosofia literária. Como é possível ver em seu texto "Celebración de las bodas de la razón y el corazón",

Porque escreve, se não para juntar as peças? Desde o momento em que entramos na escola ou na igreja, a educação nos separa: ela nos ensina a separar a alma do corpo e a razão do coração. Sábios doutores da Ética e da Moral devem ser os pescadores da costa colombiana, que inventaram a palavra sentipensante para definir a linguagem que diz a verdade (GALEANO, 2012, p. 107).

No caso de Escobar (2014; 2016), o autor relaciona o conceito de sentipensamento com sua teoria de Ontologia Política, indicando que os conhecimentos gerados nas lutas territoriais das comunidades subalternizadas podem ser entendidos como lutas ontológicas, enquanto reivindicam a existência de outros mundos. Ao mesmo tempo, eles e elas estão

particularmente sintonizados com as necessidades da Terra. São comunidades que sentipensam com a Terra “*pensam e sentem com a Terra*” (ESCOBAR, 2016, p13).

É importante notar que já existem iniciativas no Brasil que incluem a teoria do sentipensamento na Educação Ambiental. É o caso de Martins e Sampaio (2021), que a partir de uma perspectiva pós-estruturalista concebem um encontro entre literatura, ficção e educação. Eles deixam claro que não estão propondo outra visão, entre as muitas existentes, de Educação Ambiental, mas tentando responder como a literatura e a ficção podem nos ajudar a compartilhar perspectivas de outros modos.

### **Considerações Finais**

À luz das condições socioambientais atuais, é claro que a Educação Ambiental, se pudermos usar esta metáfora, está perdendo o jogo contra um adversário que está se reinventando muito mais rápido do que é. Porém, as práticas de Educação Ambiental desenvolvidas desde o início da pandemia no Brasil, e analisadas aqui, contemplam, medianamente, uma reformulação paradigmática necessária para subverter a devastação causada pela lógica instrumentalizante da natureza.

Em um cenário de crise sistêmica, produto da racionalidade instrumental do sistema/mundo colonial/moderno, que tem como expressão máxima, até agora, a pandemia da covid-19, a apropriação social da natureza e a reterritorialização representam temas centrais a serem tratados pelos programas de Educação Ambiental. Isto deve ser traduzido em processos dignificantes não apenas para a recuperação dos estilos de vida tradicionais, mas também para a apropriação de alternativas de produção que garantem a soberania alimentar, e, sobretudo, a visão de outros mundos possíveis além do capitalismo desenfreado. Não obstante, deixamos claro que não se trata de voltar às mesmas condições que os povos originais tinham antes da invasão europeia, e sim de pensar em mundos pós-desenvolvimentistas.

A inclusão da teoria do sentimento em programas de Educação Ambiental, em um cenário pós-pandêmico, pode ser útil. Entender que sofremos a degradação e a exploração ilimitada do território, não é mais apenas um conceito, mas um sentimento (PORTO-GONÇALVES, 2015). É claro que não se trata de lutar pelo direito à natureza, mas de estar em prol da natureza.

### **Agradecimentos**

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro para esta pesquisa.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

## Referências

- ABAD, C. R. Ecología del capital, educación ambiental moderna y transición eco-geo-histórica desde/con los territorios del Abya Yala, **Revista Ciencias y Humanidades**, v.11, n.11, p. 315;344, 2020.
- ACOSTA, A. **O bem viver, uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- BANCO MUNDIAL. **População Urbana (% do total) Brasil**. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SP.URB.TOTL.IN.ZS?locations=BR>> Acesso em: 7 jan. 2023.
- BRITTEN, N.; POPE, C. Medicine taking for asthma: a worked example of meta-ethnography. In: HANNES, K.; LOCKWOOD, C. (eds.). **Synthesizing qualitative research: choosing the right approach**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 41–57. 2012.
- BRITTEN, N.; CAMPBELL R.; POPE C.; DONOVAN J.; MORGAN M.; Pill, R. Using meta ethnography to synthesise qualitative research: a worked example. **Health Serv. Res. Policy**. V.7, n.4: pp.209-215, 2002.
- CAMPIOLLO, F. O que faz pensar, o que faz sentir: A retórica de Eduardo Galeano na revista brasileira *Atenção!* (1995-1997). 2018. **Dissertação** (Mestrado em Jornalismo) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205203>>. Acesso em: 6 jan. 2023.
- CARVALHO, I. C. Educação Ambiental Crítica: Nomes e endereçamentos da educação. In LAYRARGUES, P, P. (Coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**, 1st ed., pp. 22–34. Ministério do Meio Ambiente. 2004.
- CARVALHO, C.; BOMFIM, A. Educação ambiental crítica diante do capital materializado e perto de nós: investigação sobre a instalação de uma indústria de refrigerantes e seus impactos e conflitos socioambientais na Baixada Fluminense. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 38, n. 2, p. 53–73, 2021.
- CARVALHO, I. C. DE M.; SCHMITT, L. A.; PEREIRA, M. V. Educação e sustentabilidade: aprendizagens em uma horta urbana. **Pedagogia Social Revista Interuniversitária**, v. 37, p. 173–183, 2021.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**. v. 7, n. 1. 1998.
- COSTA, J. DE M.; SWATUK, L. A.; LOPES, A. F. Identifying stakeholders and discussing a strategy for the participatory management of a protected area: the case of Engenho Pequeno, in Rio de Janeiro State, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, v. 24, n. 11, p. 13260–13281, 2022.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la Tierra: Las Luchas Territoriales y la Dimensión Ontológica de las Epistemologías del Sur. **AIBR, Revista de Antropología Iberoamericana**, 11 (01): 11-32. 2016.

FRANZOLIN, F. *et al.* Students' interests in biodiversity: Links with health and sustainability. **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 24, p. 1–15, 2021.

GALEANO, E. **El libro de los abrazos**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In LAYRARGUES, P. P. (Coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**, 1st ed., pp. 22–34. Ministério do Meio Ambiente. 2004.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HAED, L.; GIBSON, C.; GILL, N.; CARR, C.; WAITT, G. A meta-ethnography to synthesise household cultural research for climate change response. **Local Environment**. V 21, n12, 2016. DOI: 10.1080/13549839.2016.1139560.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Brasil. 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=destaques>>. Acesso: 12 jan. 2023.

LAYRARGUES, P. P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 15, n. 4, p. 1–30, 2020.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. XVII, n. 1. p. 23-40. 2014.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Ecologia Política**. Campinas: Unicamp. 2021.

LÖWY, M. Pandemia e crise ambiental: a alternativa ecossocialista. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**. n. 48. 2021.

MARTINS, D. G.; SAMPAIO, S, V, M. Sentipensar uma pesquisa em educação ambiental com a literatura de Eduardo Galeano. **Revista Interdisciplinar Sulear**, n. 9, p. 50–66, 2021.

MARTINS, P. D. C. *et al.* School environmental education through agroecology and permaculture: The experience of the Permacultural School Project. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, n. October, p. 334–350, 2021.

MEDEIROS, V. M. P.; SILVEIRA, A. P. BioIntegrada Game Application: An Instrument for the Systemic Teaching from Cells to the Environment. **Acta Scientiae**, v. 24, n. 3, p. 89–119, 2022.

NOBLIT, G.W., HARE, R. D. **Meta-Ethnography: Synthesizing Qualitative Studies**. Sage, Newbury Park, CA. 1988.

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 6: 100-113, 2023.

NOGUEIRA, C.; SILVA, A. A. DE P. Percepções Sobre a Educação Ambiental de Licenciandos em Ciências da Ufr. **Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 216, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência Latino-Americano. **GEOgraphia**, v. 8, n. 16, 4 fev. 2010. DOI: 10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13521.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola, **Polis**, 41, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. Ecologia política na américa latina: reapropriação social da natureza, invenção de territórios e construção de uma racionalidade ambiental. In: LEFF, E. **Ecologia Política**. Campinas: Unicamp. 2021.

RAMOS, M. M. Educação popular: instrumento de formação, luta e resistência no projeto educativo do MST. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. esp, p. 233-238, 1 jul. 2020.

RAMOS, J. DE O.; SILVA, S. DO N. Concepções de educação ambiental crítica de professores e da articuladora pedagógica de uma escola municipal do interior da Bahia. **Práxis Educacional**, v. 17, n. 45, p. 1–17, 2021.

ROSA, R. S. DA; BRAIDO, J. A.; CAPORLINGUA, V. H. Concepções e práticas em Educação Ambiental dos agentes de combate à endemias no município de Novo Hamburgo/RS. **Revista Prâxis**, v. 17, n. 1, p. 119–136, 2020.

SANTOS, B, de S. **O futuro começa agora: da pandemia à eutopia**. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2021.

SIQUEIRA, I, S.; FREITAS, N, M, S.; FREITAS, N, M, S. A autobiografia ambiental como possibilidade de conhecimento do “eu” na/com a natureza. **GÓNDOLA. Revista de enseñanza y aprendizaje de las ciencias.**, v. 17, n. 2, p. 377–391, 2022.

SOARES, J. R.; CASTRO, L. R. B.; KITZMANN, D. I. S. Environmental Education in the Vision of Public Managers and Rural Producers in the Municipality of Palmeira das Missões/RS. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, p. 1–24, 2020.